

## REDES DE COLABORAÇÃO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Isalém Angelo Vieira da Silva<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Alexandro Braga Vieira<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Espírito Santo

Eixo 6. Processos de aprendizagem e desenvolvimento e práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão escolar.

### **RESUMO**

O presente estudo de mestrado objetiva constituir ações colaborativas entre professores de ensino comum e a professora da Educação Especial visando ao processo de ensino-aprendizagem de alunos público-alvo da Educação Especial matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola de Rede Estadual de Ensino, localizada em Irupi/ES. Para tanto, apoiamo-nos, respectivamente, em Boaventura de Sousa Santos (2006, 2007, 2008) como teórico social, ancorados no conceito da razão indolente, ecologia dos saberes e tradução e em referencial de cunho pedagógico Philippe Meirieu (2002, 2005) respaldados nos conceitos do momento pedagógico, a obstinação didática e a solicitude. Objetivando produzir aproximações entre as teorizações desses autores e a Educação das pessoas público-alvo da Educação Especial na constituição de conhecimentos sobre o trabalho colaborativo entre professores que atuando nos anos finais do Ensino fundamental. De natureza qualitativa, assumiu-se a pesquisa-ação colaborativo crítica como perspectiva de investigação com *o outro*, em um movimento colaborativo, assumindo uma construção coletiva, participativa e colaborativa com os participantes, almejando contribuir com o processo emancipatório dos indivíduos envolvidos em uma/um produção/movimento não linear em contexto. Buscamos nesse primeiro momento dialogar com a unidade de ensino, apresentar a pesquisa e estabelecer a aproximação e parceria com os sujeitos que se dispuseram a participar. Dialogamos ainda com os estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados na turma escolhida pelo grupo de professores. O segundo momento, será destinado a organização e o trabalho colaborativo dentro da sala de aula comum. De acordo com a perspectiva teórico-metodológica assumida nesse estudo, buscaremos movimentos de diálogo, reflexão e estratégias que sejam definidas em grupo, coletivamente, de modo que todos participem do processo.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Inclusão Escolar; Anos finais do Ensino Fundamental.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação; isalemangelo@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em educação; allexbraga@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Presenciamos, a partir dos anos 2000, um aumento no número de matrículas de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas públicas brasileiras, influenciado pelas políticas educacionais na perspectiva inclusiva (Matos & Mendes, 2015). Com isso, os processos de ensino-aprendizagem vêm se desenvolvendo e se reelaborando ao longo do tempo, por meio da utilização de ferramentas que visam ao desenvolvimento pedagógico e à aprendizagem do educando, respeitando suas especificidades.

Diversos autores (GATTI, 2009; VIEIRA, HERNANDEZ-PILOTO, RAMOS, 2019) revelam desafios presentes nas escolas atravessando a inclusão desses estudantes, como: questões arquitetônicas, acessibilidade curricular, formação de professores, existência/articulação das redes de apoio com o ensino regular, avaliação da aprendizagem ainda com cunho positivista, dentre outros.

Percebemos que esses desafios se intensificam quando falamos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, dada a organicidade dessas etapas quando se fragmenta muito mais o ensino em disciplinas; conta-se com um número maior de professores; dispõem-se de docentes com menor tempo com os estudantes em sala de aula, invisibilizando, ainda mais, os estudantes público-alvo da Educação Especial, dentre tantas outras questões que podemos aqui enumerar.

Os desafios quanto às articulações pedagógicas entre os saberes curriculares e diálogos entre os diferentes profissionais da escola, focando no trabalho colaborativo e no acesso aos conhecimentos por todos os estudantes independentemente de suas especificidades, também se colocam como outra questão que preocupa as políticas de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva e a própria pesquisa realizada pela área.

Para enfrentamento desse cenário, algumas reformulações foram necessárias para fortalecer o direito à matrícula, acompanhada das condições de permanência e da apropriação do conhecimento (BRASIL, 2001), conforme sinaliza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva “PNEE” (BRASIL, 2008). Tal documento, ao reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos sistemas de ensino, sinaliza o quanto é necessário enfrentar práticas discriminatórias, criando alternativas

para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades-superdotação, destacando-se investimentos na formação docente, oferta do atendimento educacional especializado e acessibilidade curricular. Conforme aponta a PNEE/2008, com a “[...] construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas” (BRASIL, 2008, p. 5).

Diante disso, a reorganização da escola se colocou como uma ação ética, política e legal, tendo em vista tal instituição necessitar se adequar ao aluno e não ele a ela, como historicamente aconteceu. Para isso, é preciso que os sistemas e unidades de ensino, assim como seus profissionais, estejam atentos à natureza da instituição escolar por se tratar de um espaço-tempo que deve estar aberto a todos (MEIRIEU, 2005).

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola: é uma oficina de formação, um clube de desenvolvimento pessoal, um curso de treinamento para passar em concursos, uma organização provedora de mão-de-obra ou uma colônia de férias reservada a uma elite social. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva (MEIRIEU, 2005, p. 44).

Assim, torna-se necessário repensar as práticas pedagógicas de forma reflexiva para que estejamos em busca de caminhos didáticos capazes de fortalecer os processos de inclusão de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades-superdotação nas escolas comuns, assumindo a inclusão escolar desses sujeitos em consonância com o direito à educação na igualdade-diferença na escola comum.

Com isso, podemos enfrentar pressupostos que reduzem a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no ambiente escolar para fins de socialização, isto é, para a convivência entre pares, situação que nos faz pensar que “[...] se quisermos uma escola que atenda à diversidade, ou seja, uma escola inclusiva, precisamos pensar com o outro, precisamos de um processo longo e constante de reflexão-ação-

crítica, com os profissionais que fazem o ato educativo acontecer” (ALARCÃO, 2003, p. 45).

As reflexões trazidas no campo do direito à Educação para estudantes público-alvo da Educação Especial na escola comum têm direcionado nossas atenções para as possibilidades do trabalho colaborativo envolvendo profissionais da classe comum por serem responsáveis pela mediação dos componentes curriculares que lecionam, sem desmerecer a interlocução com aqueles que atuam no atendimento educacional especializado.

Diante do exposto, as inquietações explicitadas direcionam essa investigação pela seguinte pergunta-problema: que ações colaborativas podem ser constituídas entre professores do ensino regular visando à aprendizagem de alunos público-alvo da Educação Especial matriculados em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Estadual de Ensino, localizada em Irupi/ES?

Para refletir sobre a questão, nos desafiamos a constituir ações colaborativas entre professores do ensino regular visando ao fortalecimento dos processos de ensino-aprendizagem de alunos público-alvo da Educação Especial matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Estadual de Ensino, localizada em Irupi/ES.

A partir do problema de investigação apresentado, organizamos a pesquisa nos seguintes objetivos — geral e específico — buscando direcionar e potencializar o desenvolvimento do estudo. São eles:

**Objetivo geral:**

Constituir ações colaborativas entre professores do ensino comum visando ao fortalecimento dos processos de ensino-aprendizagem de alunos público-alvo da Educação Especial matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Estadual de Ensino, localizada em Irupi/ES.

**Objetivos específicos:**

- Analisar como se realizam os processos de inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial matriculados na turma investigada no que se refere ao trabalho pedagógico mediado pelos professores em atuação nos

anos finais do Ensino Fundamental e no atendimento educacional especializado.

- Fomentar ações colaborativas e momentos de planejamento com os professores em atuação na área de linguagem (Arte, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Educação Física) em sala de aula em uma perspectiva inclusiva.
- Mediar, na sala de aula comum, as práticas pedagógicas, a partir do planejamento realizado com os professores da área de linguagem, visando ao envolvimento dos alunos público-alvo da Educação Especial nas atividades programadas e o fortalecimento dos processos de ensino-aprendizagem.

Os objetivos apresentados orientam o olhar do pesquisador para com o objeto de análise da dissertação, buscando propiciar espaços de diálogos e construção de processos colaborativos de modo que os envolvidos possam se sentir parte e se implicar com a pesquisa.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

Dialogamos com pesquisas que se dedicaram a estudar o trabalho colaborativo em Educação Especial, dando destaque para a atuação de docentes do ensino comum que atuam no Ensino Fundamental II em uma perspectiva inclusiva. Tomamos as produções encontradas em bancos de dados produzidos para alojar trabalhos de tal natureza. A revisão de literatura, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 78), “[...] tem papel fundamental no trabalho acadêmico, pois é através dela que você situa seu trabalho dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte”.

O diálogo com outras pesquisas nos auxilia na reflexão e na compreensão sobre a temática de nossa autoria, colocando-a junto a investigações que buscaram estudar o trabalho colaborativo entre professores do ensino comum visando à inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial. Dialogamos com outros autores, focando nas trocas, na colaboração e na construção de conhecimentos entre pares, buscando fortalecer a escola de ensino comum como lócus de apropriação do conhecimento para os alunos público-alvo da Educação Especial.

Diversos autores (HONNEF, 2018; AMARAL, 2018; MACHADO, 2019; TEIXEIRA, 2021) nos falam sobre a importância do trabalho colaborativo como possibilidade de processos inclusivos, fortalecendo o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, a participação, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes no ambiente escolar. Destacam que

[...] para desenvolver o trabalho colaborativo entre os professores do ensino comum e especialista a parceria é fundamental, pois esses profissionais devem dialogar, discutir, planejar a prática pedagógica e avaliar os resultados das ações (MARTINELLI, 2016, p. 64).

A autora defende a importância da presença e da colaboração do professor da Educação Especial nas escolas comum, porém, diz ser necessário que todos reconheçam a sua responsabilidade em assumir o estudante como seu, uma vez que ele está em sua sala de aula. Dessa forma, é responsabilidade de todos pesquisarem e colaborarem acerca das diferentes possibilidades para incluir esses estudantes, ressaltando “[...] que esse trabalho propõe ao professor refletir sobre a sua prática pedagógica na sala de aula e no coletivo da escola (em que a reflexão) que o professor desenvolve sobre sua prática não pode ser um ato solitário (MARTINELLI, 2016, p. 35).

Nesse sentido, consideramos que esse seja um diferencial do estudo de nossa autoria, pois ele busca pelo trabalho colaborativo entre professores comuns do ensino fundamental (anos finais) na escola comum, assumindo que o estudante público-alvo da Educação Especial como sendo de todos. Diante do exposto, selecionamos pesquisas (teses e dissertações) que nos auxiliam na compreensão do estudo, trazendo o que eles compreendem sobre trabalho colaborativo, assim como as possibilidades e desafios que atravessam essa rede de colaboração.

## **METODOLOGIA**

Abordaremos nesse estudo a pesquisa-ação colaborativo-crítica como método. Para Barbier (2007), trata-se de um novo modo de se fazer pesquisa, pois além de o pesquisador se comprometer com a postura analítica, descritiva, reflexiva, colaborativa e crítica, ele ainda se empenha na constituição de alternativas para a problemática pesquisada.

Por isso, pesquisa-ação colaborativo-crítica tem um caráter formativo dos sujeitos envolvidos, pela via do conhecimento, pois toda produção de dados e delineamento do estudo são escolhidos, planejados e refletidos coletivamente, de modo que todos se comprometem e fazem parte do processo. O pesquisador, então, recorre a “[...] uma variedade de fontes de informação, coletadas em diferentes momentos” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 19), buscando a compreensão de todos os fatos apresentados.

Objetivamos, por meio de ações coletivas, retratar a “[...] realidade educacional em suas múltiplas dimensões e complexidades próprias” (ANDRÉ, 1984, p. 53). A pesquisa-ação colaborativo-crítica possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias em que se manifestam, além de ir buscar por possibilidades e alternativas para a problemática existente no campo de pesquisa.

Para Carr e Kemmis (1988), a pesquisa-ação assume um importante papel formativo na medida em que o estudo é realizado “com” os outros e não “para” os outros, pois a “[...] missão plena de uma ciência educacional crítica requer que os participantes colaborem na organização de sua própria ilustração, e que estes tomem decisões sobre como transformarão suas situações” (CARR; KEMMIS, 1988, p. 171, tradução nossa).

Segundo Almeida (2019, p. 137), a “[...] pesquisa-ação diz da participação direta do pesquisador no campo; da relação entre pesquisador e participantes, que tende a ser conjunta, e da busca pela transformação das práticas”. É nesse momento de colaboração, ação e reflexão, de forma dialógica, que a pesquisa-ação colaborativo-crítica busca uma articulação entre os saberes científicos e os trazidos pela prática cotidiana dos sujeitos envolvidos, tornando-os investigadores da própria prática.

Com isso, assume uma postura ético-política que se compromete com a transformação social, não concebendo a realidade como “[...] imutável e incapaz de sofrer resignificação” (JESUS; VIEIRA; EFFGEN, 2014, p. 775). Segundo os autores, o pesquisador, ao assumir essa postura, precisa ir além de compreender os problemas e desafios encontrados, sendo necessário pensar, dialogar, refletir e

apontar alternativas e possibilidades que visem romper com as dificuldades encontradas, que auxiliem “[...] a engendrar relações entre teorias e práticas que sejam constituidoras de uma atitude de investigação” (JESUS, 2008, p. 144).

Portanto, não propomos uma pesquisa-ação como um “[...] mero procedimento de resolução de problemas práticos, mas configura-se como um meio de contribuir com a mudança de percepção do docente em relação às suas práticas (FRANCO; BETTI, 2018). Interessa-nos o desenvolvimento de uma pesquisa que possibilite mudança no modo de ver, fazer e refletir sobre a prática, mesmo entendendo que essas mudanças não acontecem de forma linear e nem em um tempo determinado, pois toda mudança precisa de comprometimento, implicação, inquietação, reflexão e ação, podendo levar os envolvidos a experimentarem um outro modo de estar na profissão.

Buscamos, por meio do discurso dos participantes, retratar a “[...] realidade educacional em suas múltiplas dimensões e complexidades próprias” (André, 1984, p. 53). Segundo a autora, o estudo de caso possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias em que se manifestam.

Como procedimentos, trabalhamos com as seguintes frentes de trabalho:

#### **Solicitação à Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo e à escola para realização do estudo:**

Para tal etapa, fez-se necessário protocolar um ofício e o projeto de pesquisa para análise das instâncias supracitadas. Nos documentos, foram explicitados: tema, problema, objetivos, metodologia, referencial teórico e possíveis resultados e contribuições da pesquisa no contexto da inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial na escola investigada. Consentido o estudo, as demais etapas passam a ser realizadas.

#### **Realização de Grupos Focais:**

Diante da proposta de pesquisa, definimos as estratégias para coleta de dados e sua análise. Grupos focais para levantar diferentes pontos, compreensões e ações visando uma perspectiva inclusiva. Com isso, objetivamos: a) compreender como tem se desenvolvido o trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva na disciplina de Artes, para além dos muros da escola; b) analisar os movimentos que podem promover maior conectividade cultural entre escola e comunidade nesse contexto de trabalho remoto; c) identificar as demandas necessárias para contextualizar o conteúdo de Artes com a realidade dos alunos público-alvo da Educação Especial; d) fomentar trabalhos interdisciplinares no ambiente escolar, objetivando o acesso ao conhecimento de todos os alunos.

Como modo de armazenar os dados, opta-se pela gravação dos grupos focais que ao serem transcritos, permitem-nos capturar as observações/considerações dos participantes sobre as temáticas elencadas.

#### **Momentos de planejamento e realização de projetos interdisciplinares:**

Além dos grupos focais, realizaremos momentos de planejamentos com os professores envolvidos com a escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial e projetos interdisciplinares de modo a promover o diálogo e a interação entre os conteúdos a serem mediados com os alunos. As atividades buscam considerar a acessibilidade curricular da turma em que os estudantes se encontram matriculados, resguardando suas especificidades de aprendizagem.

#### **Avaliação por parte dos professores, estudantes e familiares sobre o trabalho colaborativo:**

Objetivamos uma pesquisa de forma colaborativa, construída com o outro e não para o outro. Para a organização dos dados, utilizamos a análise de conteúdos (Bardin, 1977). Inicialmente, trabalha-se com a transcrição dos grupos focais, análise dos registros dos momentos de planejamento e dos projetos pedagógicos, constantes no diário de campo.

Cumprida essa etapa, procede-se a leitura de todo o material produzido, criam-se categorias que melhor retratem a realidade da pesquisa e a interpretação dos dados à luz do referencial teórico. A categorização de dados possibilita a exploração de cada momento da pesquisa, buscando uma leitura rigorosa, sem deixar de considerar o lugar do pesquisador nesse processo de construção de conhecimento.

## RESULTADOS PARCIAIS

Na fase inicial do estudo, tornou-se necessário o aprofundamento na legislação brasileira e em estudos científicos que compreendem as diferentes possibilidades de colaboração. Diante dessa inquietação nos ancoramos na Constituição Federal Brasileira de 1988 que determina, no seu artigo 23, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “[...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”.

A responsabilidade com a educação é reforçada na Lei de Diretrizes e Bases, quando nos diz que a educação é “[...] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Lei n. 9.394, 1996, art. 2º).

Os dados preliminares do estudo apontam algumas reflexões. É importante ouvir os professores para compreender os conhecimentos que acumulam sobre o direito à Educação para os estudantes público-alvo da Educação Especial. Estratégias como grupos focais possibilitam tais compreensões e o diálogo entre os profissionais da Educação para que possam pensar juntos a potência da interdisciplinaridade e do trabalho colaborativo.

Outra questão perpassa pela importância do planejamento. Se desejamos uma escola inclusiva, precisamos pensá-la com nossos pares. Precisamos romper com práticas solitárias que levam os professores a planejarem e a mediarem os processos de ensino-aprendizagem de modo tão individual e caminharmos rumo a ações mais coletivas. Precisamos pensar que não escolarizamos um aluno recortado que lida com o conhecimento de modo fragmentado. A colaboração potencializa a ação docente e o modo como o estudante significa o que lhe é ensinado.

O trabalho pedagógico por meio de projetos ajuda o estudante a pesquisar e a conectar um saber com o outro. Nesse momento de pandemia, essa estratégia didática permite o discente a se sentir mais apoiado pelos professores em sua

coletividade e a não se ver diante do compromisso de cumprir um conjunto de atividades que não se articulam e dialogam entre si.

Por último, a importância da avaliação formativa no acompanhamento do trabalho pedagógico e de apropriação do conhecimento pelo estudante. O estudo nos permite perceber que quando passamos a ouvir o outro e com ele compor alternativas de trabalho pedagógico, professores e estudantes se formam em comunhão, como ensina Freire (2003). No caso da escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial, ajuda a escola a avaliar seu planejamento e de como se adequar para que esse discente acesse o currículo e tenha as suas necessidades específicas de aprendizagens contempladas.

A pesquisa que se encontra em andamento, tem nos mostrado como produtivo os projetos construídos de forma colaborativa, conectando diferentes disciplinas. A participação dos professores de Educação Especial nesse processo de colaboração foi fundamental, pois contribuiu com o modo de compreender os alunos público-alvo da Educação Especial no processo de ensino aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, compreendemos a necessidade da construção do conhecimento por meio do diálogo de forma colaborativa. Apostamos na articulação entre diferentes disciplinas, buscando garantir o acesso ao conhecimento para os estudantes público-alvo da Educação Especial.

Acreditamos ser necessário reforçar o trabalho colaborativo dentro da unidade escolar e a efetivação e o fortalecimento da parceria com as famílias nos processos de escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Torna-se necessário o contato constante com as famílias para compreender a realidade e as condições sociais dos estudantes, buscando garantir o acesso ao conhecimento curricular.

Nesse sentido, a pesquisa aposta na articulação entre os diferentes componentes curriculares, buscando novas/outras possibilidades de se pensar a prática pedagógica em uma perspectiva inclusiva, garantindo o direito à cultura e ao conhecimento para

todos os alunos, dentro e fora dos muros da escola, buscando outras/novas formas de expressão, interação e leitura de mundo, possibilitando que todos os envolvidos possam encontrar/descobrir uma forma de comunicação e expressão.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ALMEIDA, M. L. *Diálogos sobre pesquisa-ação: concepções e perspectivas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 155 p.

AMARAL, D. S. **As (im) possibilidades do ensino colaborativo nos anos finais do ensino fundamental**. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2007.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11686667/artigo-60-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> em 17-05-2019. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as diretrizes nacionais para a educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 set. 2001a. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FRANCO, M. A. S.; BETTI, M. Pesquisa-ação: por uma epistemologia de sua prática. In: FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. **A pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas**. São Paulo: Edições Loyola, 2018. p. 15-24.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la Enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado**. Tradução de Bravo Martinez Roca. Barcelona: Editora, 1988.

GATTI, B. A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Brasileira de Formação de Professores**, Cristalina-GO, v. 1, n. 1, p. 90-102, maio 2009.

HONNEF, C. **O trabalho docente articulado como concepção teórico-prática para educação especial**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

JESUS, D. M. O que nos impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas?. *In*: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

JESUS, D. M. VIEIRA, A. B.; EFFGEN, A. P. S. Pesquisa-ação Colaborativo-crítica: em busca de uma epistemologia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 771-788, jul./set. 2014. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em: 03 abr. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MACHADO, Michela Lemos Silveira. **O Trabalho docente colaborativo na perspectiva da educação inclusiva**. 168 f. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2019.

MARTINELLI, J. A. **Trabalho colaborativo entre uma professora especialista e professores do ensino comum para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2016. p. 154. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de professores decorrentes da Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-22, jan.-mar. 2015.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da Escola e da Sala de Aula o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artimed, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2013. Disponível em: Acesso em: 10 fev. 22

TEIXEIRA, Andrise. **O Trabalho Colaborativo entre o professor de Educação Especial que atua na Sala de Recursos Multifuncionais e o do ensino comum em escolas públicas**. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR.

VIEIRA, A. B.; HERNANDEZ-PILOTO, S. S. de F.; RAMOS, I. de O. Base Nacional Comum Curricular: tensões que atravessam a educação básica e a educação especial. **Educação**, v. 42, n. 2, p. 351-360, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.2.27599>. Acesso em: 5 mar. 2022.

**VII SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
XVIII SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
UFES – VITÓRIA / ES – 22 de novembro e 6 a 8 de dezembro de 2022**